

Brasil tenta dobrar o Clube de Paris

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, informou ontem que, na próxima semana, o Brasil mantém o primeiro contato formal com o Clube de Paris para a renegociação da dívida junto aos organismos oficiais de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas, se prevalecer a mesma situação detectada em fevereiro de 1985 pelo documento oficial do próprio Banco Central "Relatório do Setor Externo da Economia Brasileira", a falta do acordo com o Fundo Monetário Internacional dificultará mais os entendimentos com o Clube de Paris do que com os credores privados: "E condição fundamental para renegociação da dívida externa junto ao Clube de Paris a adoção de programa de estabilização econômica com o FMI".

SEM FMI

No encontro com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, e com a diretoria do Banco de France, na próxima segunda-feira, dia 24, Bracher reiterará que o Brasil quer rolar principal e juros da dívida de

governo sem acordo formal com o FMI pela simples razão de que abriu mão de receber US\$ 1,2 bilhão restante do empréstimo compensatório do fundo. Por não precisar de dinheiro novo do Fundo, o presidente do Banco Central explicará que o Governo brasileiro aceita apenas o compromisso de continuar a prestar, em bases regulares e de forma voluntária, informações ao FMI sobre desempenho e perspectivas da economia do País, como reconhecimento da importância do fundo e do seu papel no sistema financeiro internacional.

A exemplo do que ocorreu na renegociação concluída em novembro de 1983 para a rolagem da dívida oficial vencida entre agosto daquele ano e o final de 1984, o Brasil pretende renegociar principal e juros dos débitos vencidos desde o início do ano passado. Por enquanto, o presidente do Banco Central considerou prematuro definir os termos da renegociação com o Clube de Paris, mas informou que, desde janeiro de 1985, as parcelas vencidas e mais os juros permanecem em depósito

no BC, em nome dos respectivos credores, à espera da conclusão dos entendimentos que serão abertos na próxima semana.

17 FEV 1986

A expectativa brasileira é a de que o Clube de Paris aceite as condições de rolagem das dívidas de médio e longo prazos acertadas com os credores privados e ainda concorde com o reescalamento também dos juros, como compensação à falta de comprometimento com créditos interbancários e comerciais a bancos brasileiros no exterior.

US\$ 2,3BI

Caso prevaleça a tese brasileira, inclusive quanto à ausência de acordo com o FMI, o Clube de Paris deverá rolar por sete anos, com cinco de carência, a dívida de US\$ 1,24 bilhão vencida em 1985 e aceitar a suspensão do pagamento de US\$ 1,1 bilhão a vencer este ano, além dos encargos desses compromissos existentes junto a dezesseis países - Alemanha Federal, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão,

Noruega, Portugal, Suécia e Suíça.

Se o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, conseguir acelerar a renegociação em Nova Iorque com o comitê de assessoramento dos bancos credores, esta semana, o presidente do BC já poderá apresentar, na próxima segunda-feira, ao presidente do Clube de Paris as bases da rolagem da dívida privada que lastrearão as negociações dos débitos junto aos governos e suas agências de financiamento.

COM EMBAIXADAS

Embora o Brasil espere fechar com os bancos para abrir as negociações efetivas com os bancos credores, segundo Bracher, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, mantém contínuos contatos com os embaixadores dos países credores para facilitar a renegociação global com o Clube de Paris. Nos próximos dias, Funaro deve manter encontro conjunto com os embaixadores dos dezesseis países credores do Clube de Paris para expor o curso da rolagem da dívida brasileira.